

## ACESSO LIVRE AO CONHECIMENTO: A UTOPIA E A REALIDADE (\*)

ELOY RODRIGUES

*Serviços de Documentação da Universidade do Minho*

### 1. Introdução — Da utopia à realidade do Acesso Livre <sup>(1)</sup>

Em 1995, Stevan Harnad apresentou uma proposta, que ele próprio designou de subversiva (e que aos olhos de hoje pode parecer ao mesmo tempo fecundamente visionária e ingenuamente inadequada):

*"If every esoteric [read: refereed-journal-article] author in the world this very day established a globally accessible local ftp archive for every piece of esoteric [read: author give-away] writing from this day forward... [and hence] "If all scholars' preprints were universally available to all scholars by anonymous ftp (and gopher, and World-Wide Web, and the search/retrieval wonders of the future), NO scholar would ever consent to WITHDRAW any preprint of his from the public eye after the refereed version was accepted for paper "PUBLICATION." Instead, everyone would, quite naturally, substitute the refereed, published reprint for the unrefereed preprint." <sup>(2)</sup>*

Alguns anos depois, em Dezembro de 2001, dezenas de académicos, cientistas, bibliotecários e outras personalidades interessadas no sistema de comunicação da ciência reuniram-se em Budapeste para debater os caminhos para

---

(\*) Este texto da comunicação apresentada ao I Encontro Nacional de Bibliotecas Jurídicas é uma versão adaptada e actualizada do artigo "Acesso Livre ao Conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação", publicado nos Cadernos BAD, 2004, n.º 1, p. 24-35

<sup>(1)</sup> É assim que decidimos traduzir a expressão inglesa "Open Access", à semelhança da expressão francesa "Libre Accès".

<sup>(2)</sup> HARNAD, Stevan — *Universal FTP Archives for Esoteric Science and Scholarship: A Subversive Proposal*. In: Ann Okerson & James O'Donnell (Eds.) Scholarly Journals at the Crossroads: A Subversive Proposal for Electronic Publishing. [em linha] Washington, DC., Association of Research Libraries, June 1995. Uma versão electrónica deste texto está acessível em: <http://www.arl.org/scomm/subversive/sub01.html>

tornar realidade a “utopia” do acesso completamente livre e irrestrito à literatura publicada em revistas científicas.

Nessa reunião, concluíram que “uma velha tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível o aparecimento de um bem público sem precedentes. A velha tradição é a boa-vontade de investigadores e cientistas publicarem os resultados da sua investigação em revistas científicas, sem qualquer remuneração, apenas em prol da investigação e difusão do conhecimento. A nova tecnologia é a Internet. O benefício público que as duas possibilitam é a distribuição electrónica, a uma escala mundial, da literatura científica com revisão pelos pares <sup>(3)</sup>, de forma gratuita e sem restrições de acesso a investigadores, docentes, alunos e outros indivíduos interessados. A eliminação de barreiras de acesso à literatura científica ajudará a acelerar a investigação, a enriquecer a educação (...)” <sup>(4)</sup>.

Mais recentemente, na Primavera de 2004, uma das principais empresas do mercado da informação de ciência e tecnologia, a Thomson Corporation, detentora das bases de dados ISI, concluía que se estava a operar uma mudança significativa na paisagem da publicação científica, com o Acesso Livre a dominar a discussão a todos os níveis <sup>(5)</sup>.

Em menos de 10 anos, a “utopia subversiva” do Acesso Livre, entrou no domínio da realidade. Mas de que verdadeiramente falamos quando nos referimos ao Acesso Livre?

O tipo de documentos a que primariamente se refere o Acesso Livre é a versão final (após *peer-review*) de artigos de revistas (*postprints*), mas também versões não revistas (*preprints*) que os investigadores queiram divulgar para alertar sobre novos resultados, estabelecer a primazia, etc.

O Acesso Livre não se destina a livros relativamente aos quais os autores pretendam obter receitas, ou textos não académicos, como notícias ou ficção. Mas pode aplicar-se naturalmente a todos os trabalhos dos quais os autores não esperem pagamento, como comunicações a conferências e congressos, teses e dissertações, relatórios técnicos, *working papers*, relatórios governamentais, etc.

---

<sup>(3)</sup> Peer-review, como é geralmente designado entre a comunidade científica.

<sup>(4)</sup> Tradução de *BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE* [em linha]. 2002. [Consultado em 18 Abril 2004]. Disponível em <URL: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>.

<sup>(5)</sup> “(...)Recently, we have witnessed a major shift in the landscape of publishing. Open Access, once a minor tremor, now dominates discussion everywhere. Each week brings a new declaration from a major society, publisher, consortium, or government agency taking one side or another on this important topic. The number of open access journals is rising steadily, and new publishing models are rapidly evolving to test new ways to increase readership and access(...)”. THE THOMSON CORPORATION — *The Impact of Open Access Journals: A Citation Study from Thomson ISI* [em linha] 2004. [consult. 30 Outubro 2004]. Disponível em:<URL: <http://www.isinet.com/media/presentrep/acropdf/impact-oajournals.pdf>>.

Em síntese, Acesso Livre significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses documentos.

Ao contrário de outros autores, os investigadores e académicos publicam os resultados do seu trabalho não para obterem rendimentos (direitos de autor, etc.), mas para obterem outro tipo de recompensa. Os investigadores são recompensados (progressão na carreira, financiamento dos seus projectos, prémios científicos, etc.) pela sua produtividade científica, que é avaliada não apenas pela sua dimensão (quantidade), mas sobretudo pelo seu impacto (qualidade), usualmente associado ao número de citações.

Por isso, tornar o trabalho científico publicamente acessível é o principal interesse do investigador. Como refere o “fundador” do acesso livre, “*From the authors viewpoint, toll-gating access to their findings is as counterproductive as toll-gating access to commercial advertisements*” (6).

De facto começa a existir cada vez mais evidência científica que os artigos em acesso livre na Internet têm mais impacto do que os restantes. O primeiro estudo realizado, uma análise de 119.924 artigos de conferência de informática e áreas relacionadas, revelou que o número médio de citações para artigos não disponíveis online era de 2.74, enquanto a média de citações de artigos disponíveis online era de 7.03, um aumento de 336% (7).

Mais recentemente foram divulgados os resultados da análise comparativa do impacto de artigos em acesso livre e em acesso restrito na área da física nos últimos 10 anos. As fontes usadas foram a ISI Web of Science e o repositório ArXiv. As conclusões foram que os artigos em livre acesso são citados entre 2.5 e 5.8 mais vezes que os restantes (8).

O aumento do impacto dos artigos em acesso livre varia de acordo com as áreas científicas, mas ocorre em todas como tem sido revelado em vários estu-

---

(6) HARNAD, Stevan — “The self-archiving initiative: Freeing the refereed research literature online”. *Nature*, 26 April 2001, 410,1024-1025. Uma versão electrónica deste texto está acessível em: <http://www.ecs.soton.ac.uk/~harnad/Tp/nature4.htm>.

(7) LAWRENCE, Steve — “Free online availability substantially increases a paper’s impact”. *Nature*, 31 May 2001, 411, 521. Uma versão electrónica deste texto está acessível em: <http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>.

(8) BRODY, Tim, *et al.* — “The effect of Open Access on Citation Impact”. In *National Policies on Open Access (OA) Provision for University Research Output: an International meeting* [em linha]. Southampton, 19 February 2004 [Consultado em 30 de Outubro de 2004]. Disponível em: <URL: <http://www.ecs.soton.ac.uk/~harnad/Temp/OA-TAadvantage.pdf> > Estes são os primeiros resultados de um estudo mais amplo (14 milhões de artigos referenciados na Web of Science nos últimos dez anos) em todas as disciplinas científicas.

dos <sup>(9)</sup>. Aliás, esta é uma área onde a investigação se tem multiplicado, existindo já uma bibliografia sobre este tema <sup>(10)</sup>.

## 2. Origens e enquadramento do movimento de Acesso Livre

Na origem do movimento de Acesso Livre estão os problemas, limitações e contradições do sistema de comunicação da ciência, em particular os relacionados com as revistas científicas. De facto, nas últimas décadas do século XX o crescimento acentuado da literatura científica, nos mais diversos ramos do saber, foi acompanhado pela “comercialização”, e pela perda de controlo por parte do mundo académico, do sistema de comunicação da ciência.

A função essencial das revistas científicas — a divulgação de resultados de investigação, para promover o avanço da ciência — foi obscurecida pelos objectivos comerciais de lucro e rentabilidade. Os investigadores entregam gratuitamente os resultados do seu trabalho, suportado com as verbas das instituições onde trabalham, ou com bolsas e financiamentos externos, a editores que depois os vendem de novo às bibliotecas dessas instituições, muitas vezes a preços injustificáveis. Em muitos casos, os investigadores entregam gratuitamente os seus artigos a revistas que a sua instituição não tem disponibilidade financeira para assinar. Ao mesmo tempo, os grandes grupos editoriais de informação de ciência e tecnologia apresentam taxas de lucro superiores aos 30%, muito acima das registadas em outros tipos de publicações <sup>(11)</sup>.

O resultado de tudo isto foi um brutal aumento dos preços das revistas científicas (cerca de 152% apenas entre 1986 e 1998 <sup>(12)</sup>), o que por sua vez se traduziu numa diminuição do número de revistas assinadas pelas bibliotecas das universidades e outras instituições científicas (cerca de 7% no mesmo período de tempo <sup>(13)</sup>). As limitações ao acesso daqui decorrentes traduziram-se numa

---

<sup>(9)</sup> Estudo sobre o impacto dos artigos em acesso livre nas áreas da Filosofia, Ciências Políticas, Engenharia Electrónica e Matemática concluiu que em todas as disciplinas, os artigos em acesso livre tem mais impacto do que os que não estão livremente disponíveis. ANTELMAN, Kristin — Do Open Access Articles Have a Greater Research Impact?. *College & Research Libraries* 65(5): pp. 372-382 September 2004.

<sup>(10)</sup> The effect of open access and downloads ('hits') on citation impact: a bibliography of studies [em linha]. 2004 [Consultado em 30 de Outubro de 2004]. Disponível em: <URL: <http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>>.

<sup>(11)</sup> BRENDAN, J. Wylly — “Competition in Scholarly Publishing? What Publisher Profits Reveal”. *ARL Bimonthly Newsletter* [em linha]. Issue 200, October 1998. [Consultado em 18 de Abril de 2004]. Disponível em <URL: <http://www.arl.org/newsltr/200/wyly.html>>.

<sup>(12)</sup> KYRILLIDOU, Martha — “Spending More for Less...”. *ARL Bimonthly Report on Research Library Issues and Actions* [em linha]. Issue 204, June 1999. [Consultado em 18 de Abril de 2004]. Disponível em <URL: <http://www.arl.org/newsltr/204/spending.html>>.

<sup>(13)</sup> Idem.

perda de eficiência do sistema de comunicação da ciência, e em limitações ao impacto e reconhecimento dos resultados alcançados pelos investigadores e as instituições onde trabalham.

No final da década de 90 do século XX, no meio académico e entre os profissionais de informação, cresceu a consciência do agudizar da designada “crise dos periódicos”, e das graves consequências que as limitações ao acesso à literatura produziam ao próprio sistema científico. Ao mesmo tempo, a generalização da utilização da Internet e da Web foi acompanhada por uma maior compreensão das suas potencialidades e aplicações na publicação científica. A conjugação destes dois fenómenos resultou no aparecimento de diversas iniciativas que estão na base do actual movimento de Acesso Livre.

### 3. Evolução e afirmação do Acesso Livre

Apesar de diversas iniciativas anteriores (como a já referida “proposta subversiva”), o ano de 1998 marca a consolidação do actual movimento de Acesso Livre. A criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC) pela *Association of Research Libraries* (ARL), o lançamento do Fórum da *American Scientist* <sup>(14)</sup> e o início de uma vaga de “Declarações de Independência” <sup>(15)</sup> são alguns dos acontecimentos que assinalam a afirmação deste movimento em 1998.

Em 1999, foi lançada a Open Archives Initiative (OAI), com o objectivo de criar uma plataforma simples para permitir a interoperabilidade e a pesquisa de publicações científicas de diversas disciplinas. Esta iniciativa, que surgiu no seio da comunidade dos “eprints”, partiu de uma abordagem essencialmente técnica (de que resultou o protocolo OAI-PMH <sup>(16)</sup>), sem grande preocupação “filosófica”. Mas ao fornecer uma base estável para a interoperabilidade de “arquivos” abertos, e face ao número crescente de servidores que o implementam, a iniciativa OAI e o protocolo OAI-PMH contribuíram para dar maior visibilidade e encorajamento ao movimento de Acesso Livre.

---

<sup>(14)</sup> Também designado *September98-Forum* é o mais antigo fórum de discussão sobre Acesso Livre, moderado por um dos principais impulsionadores do movimento, Stevan Harnad. Está acessível em <http://www.cogsci.soton.ac.uk/~harnad/Hypermail/Amsci/subject.html>

<sup>(15)</sup> Declaração de Independência, um termo usado pela SPARC, significa a demissão dos editores (científicos) de uma revista, em protesto contra a sua política comercial, e o lançamento de uma revista semelhante junto de um editor mais amigável. Em 1998 a maior parte da Comissão Editorial do *Journal of Academic Librarianship* demitiu-se e lançou *Portal: Libraries and the Academy* e toda a Comissão Editorial do *Evolutionary Ecology*, liderada por Michael Rosenzweig, demitiu-se e criou *Evolutionary Ecology Research*.

<sup>(16)</sup> Open Archives Metadata Harvesting Protocol. A informação sobre a iniciativa OAI, incluindo o protocolo OAI-PMH está disponível em <http://www.openarchives.org>.

O ano de 2000 ficou marcado pelo lançamento da PubMed Central, que disponibiliza gratuitamente artigos em texto completo em complemento da base de dados bibliográficos PubMed, e pelo início da publicação de artigos e revistas de acesso livre pela Biomed Central.

No final de 2001 ocorreu uma reunião em Budapeste, promovida pelo Open Society Institute (OSI), a que já nos referimos, e da qual resultou um dos mais importantes documentos e iniciativas do movimento de Acesso Livre, conhecida como Budapest Open Access Initiative (BOAI). A BOAI estabeleceu o significado e âmbito do Acesso Livre e definiu duas estratégias complementares para o promover e atingir.

O último ano assinalou a afirmação definitiva do movimento do Acesso Livre e a sua entrada na agenda política e social, para além das fronteiras do mundo científico e académico. Uma das razões para este facto foi o lançamento da primeira revista da (muito mediática) *Public Library of Science*, a *PLoS Biology* (17). Mas assumem ainda maior relevância os diversos documentos, iniciativas e tomadas de posição de sociedades científicas e organizações governamentais sobre a problemática do acesso à informação científica e técnica.

De entre estas vale a pena destacar a Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (18), subscrita por representantes de várias instituições científicas europeias, entre as quais a Sociedade *Max-Planck* e o *Centre National de la Recherche Scientifique*, bem como Declaração de Princípios e Plano de Acção da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (19), promovida pela ONU.

Já no presente ano, representantes ministeriais de 34 países de OCDE (incluindo Portugal) aprovaram uma *Declaration on Access to Research Data From Public Funding* (20), reconhecendo que o acesso livre maximizará o valor derivado dos investimentos públicos nos esforços de recolha de dados, e que o risco de restrições indevidas ao acesso e uso de dados de investigação científica pode diminuir a qualidade e a eficiência da investigação e inovação científica.

---

(17) O site da Public Library of Science está acessível em: <http://www.plos.org>.

(18) A Declaração, para além de definir o acesso livre afirma que as sociedades científicas que a subscrevem pretendem encorajar os seus investigadores e bolsiros a publicar os seus trabalhos de acordo com os princípios do acesso livre. A Declaração está disponível, em diversos idiomas em: <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>.

(19) Que contém recomendações de apoio explícito ao acesso livre à informação científica. As versões em vários idiomas destes documentos estão disponíveis em: [http://www.itu.int/wsis/documents/doc\\_multi-en-11611160.asp](http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi-en-11611160.asp).

(20) Acessível em: [http://www.oecd.org/document/15/0,2340,en\\_2649\\_34487\\_25998799\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/15/0,2340,en_2649_34487_25998799_1_1_1_1,00.html).

Merece também particular realce a divulgação do Relatório Final do inquérito promovido pelo *Science and Technology Committee* da *House of Commons* (Reino Unido) sobre os preços e acessibilidade das revistas científicas, que ouviu, durante cerca de meio ano, dezenas de testemunhos orais e escritos, de académicos, editores, bibliotecários e outros interessados. Entre outras importantes conclusões, o Comité recomendou a todas as instituições de ensino superior do Reino Unido que criem repositórios institucionais onde a sua produção intelectual seja arquivada e a partir dos quais possa ser consultada livremente, sem encargos, online, recomendando também que os organismos governamentais financiadores de investigação tornem obrigatório que os investigadores que recebem os seus fundos, depositem uma cópia dos seus artigos nesses repositórios <sup>(21)</sup>.

#### 4. As duas estratégias para o Acesso Livre

De acordo com a BOAI, o Acesso Livre pode ser atingido através de duas estratégias, complementares e não antagónicas. A primeira é através de revistas de acesso livre. Porque é do interesse dos autores disseminar o seu trabalho, estas revistas não usam os direitos de autor (copyright) para restringir o acesso e o uso do material que publicam. Porque o preço é uma barreira ao acesso, estas novas publicações não cobram assinatura nem taxas de acesso (à versão online), e usam outros métodos (por exemplo, pagamento da versão impressa, taxas de publicação, etc.) para cobrir as suas despesas.

O número de revistas científicas de acesso livre tem vindo a crescer de forma ainda lenta mas significativa, existindo presentemente mais de um milhar destas revistas com *peer-review* <sup>(22)</sup>. Um dado muito relevante é que mais de 200 títulos de revistas de acesso livre, seleccionados com os mesmos critérios de qualidade usados para as revistas tradicionais, estão já incluídas nas bases de dados da ISI <sup>(23)</sup>. Tendo em conta que apenas 10 a 12% das revistas avaliadas

---

<sup>(21)</sup> *SCIENTIFIC PUBLICATIONS: FREE FOR ALL?* [em linha]. London. 2004 [consult. 30 de Outubro 2004]. Disponível em: <URL: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm/cmsstech.htm>>.

<sup>(22)</sup> A Directory of Open Access Journals referencia, em Outubro de 2004, mais de 1300 revistas e existem diversas revistas que não estão aí referenciadas. Ver: <http://www.doaj.org/>.

<sup>(23)</sup> THE THOMSON CORPORATION — The Impact of Open Access Journals : A Citation Study from Thomson ISI [em linha]. 2004. [consult. 30 de Outubro 2004]. Disponível em: <URL: <http://www.isinet.com/media/presentrep/acropdf/impact-oa-journals.pdf>>. “(...) ISI currently covers nearly 200 OA journals in its products (...). This number, though small in comparison to the total number of journals in ISI’s databases, is quite significant in terms of the progress made by the OA movement.

(...) We have found that the number of OA journals identified as Open Access and covered in ISI databases is growing rapidly, partly because new journals are founded and older journals are changing their access models (...).”

pela ISI acabam por ser incluídas nas suas bases de dados, isto demonstra que as revistas de acesso livre não têm qualidade inferior, quando comparadas com as revistas “tradicionais”.

No entanto, as revistas de acesso livre representam ainda menos de 5% do total das revistas com *peer-review* (cerca de 25000 presentemente). Por isso, em Budapeste foi definida uma segunda estratégia para o acesso livre: o auto-arquivo, pelos autores, dos artigos publicados nas revistas “tradicionais” de acesso restrito (ou acesso com portagem, como também são designadas) em repositórios de livre acesso.

Os repositórios podem ser de dois tipos: de disciplina ou institucionais. Os repositórios disciplinares são sistemas abertos que arquivam os resultados de investigação de uma ou várias disciplinas, de acordo com os princípios do Acesso Livre. O mais antigo, e mais importante, repositório é precisamente de carácter disciplinar: o Arxiv<sup>(24)</sup>. Criado em 1991, o Arxiv reúne actualmente mais de 270.000 documentos em diversas áreas da física, matemática e informática.

Os repositórios institucionais tem uma história mais recente, relacionada com a BOAI. De facto, apesar de algumas iniciativas anteriores, foi nos últimos dois anos que se assistiu à proliferação de repositórios institucionais (com esta, ou outra designação) por parte de universidades e centros de investigação<sup>(25)</sup>. Os repositórios institucionais (RI) são sistemas de informação que servem para armazenar, preservar e difundir a produção intelectual de uma dada instituição, normalmente uma comunidade universitária<sup>(26)</sup>. Podem ser criados e mantidos de forma individualizada, ou por grupos de instituições que trabalhem numa base cooperativa.

No caso das universidades, para além de contribuir para a reforma do sistema de comunicação da ciência, expandindo o acesso aos resultados da inves-

---

(24) Acessível em: [www.arxiv.org](http://www.arxiv.org)

(25) “In the fall of 2002, something extraordinary occurred in the continuing networked information revolution, shifting the dynamic among individually driven innovation, institutional progress, and the evolution of disciplinary scholarly practices. The development of institutional repositories emerged as a new strategy that allows universities to apply serious, systematic leverage to accelerate changes taking place in scholarship and scholarly communication, both moving beyond their historic relatively passive role of supporting established publishers in modernizing scholarly publishing through the licensing of digital content, and also scaling up beyond ad-hoc alliances, partnerships, and support arrangements with a few select faculty pioneers exploring more transformative new uses of the digital medium”. LYNCH, Clifford A. — “Institutional Repositories: Essential Infrastructure for Scholarship in the Digital Age” *ARL*[em linha]. N.º 226 (February 2003), p 1-7. [consult. em 18 Abril 2004]. Disponível em: <URL: <http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>>.

(26) SCHOLARLY PUBLISHING & ACADEMIC RESOURCES COALITION — The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper [em linha]. Washington: SPARC, 2002. [consult. em 18 Abril 2004]. Disponível em: <URL: <http://www.arl.org/sparc/IR/ir.html>>.



tigação e reassumindo o controlo académico sobre a publicação científica, a constituição de RI's corresponde também a objectivos de promoção da própria instituição. De facto, os RI's podem contribuir para aumentar a visibilidade, imagem e “valor” público da instituição, servindo como indicador tangível da qualidade da universidade e demonstrando a relevância científica, económica e social das suas actividades de investigação e ensino.

Devido ao seu carácter, os RI servem não apenas para armazenar e tornar acessível a literatura publicada em revistas científicas, mas também os mais diferentes tipos de documentos produzidos no quadro das actividades de investigação e ensino (*working papers*, relatórios técnicos, comunicações a conferências, apontamentos de aulas e outros materiais didácticos, relatórios de projectos de investigação, folhas informativas ou boletins de departamentos, centros de investigação ou laboratórios, etc.). Os documentos podem ser arquivados em vários formatos de texto, imagem, áudio, vídeo, e podem existir várias instâncias do mesmo conteúdo (o texto da comunicação a uma conferência e a apresentação em *Powerpoint* utilizada na apresentação oral).

Como é natural, os RI's são também utilizados para a resolução do problema da preservação e divulgação das teses e dissertações em formato digital.

Apesar da constituição de dezenas de repositórios institucionais nos últimos dois anos, o número de documentos e a percentagem da produção científica que presentemente armazenam estão longe de corresponder às expectativas mais optimistas. Os autores, quer como produtores quer como consumidores de informação, são os primeiros interessados num RI e quem poderá retirar benefícios mais imediatos. Mas o auto-arquivo da produção de cada autor, que os RI's têm pressuposto, é um hábito difícil de interiorizar por muitos investigadores.

As tradições instaladas na maioria das comunidades científicas, o receio que o auto-arquivo se traduza em mais uma fonte de trabalho que irá gastar tempo que já escasseia, a falta de consciência dos problemas e contradições do sistema de comunicação científica tradicional e das vantagens do modelo de Acesso Livre, são obstáculos que necessitarão de tempo, e da demonstração prática das vantagens dos RI's, para ser ultrapassados.

## 5. O Acesso Livre e os Direitos dos Autores

Um dos problemas que mais tem afectado o desenvolvimento de repositórios institucionais e a generalização do hábito do auto-arquivo pelos autores, são as dúvidas e dificuldades relacionadas com os direitos de autor/copyright. Por nos encontrarmos num Encontro de Bibliotecas Jurídicas vamos deter-nos, brevemente, sobre este aspecto.

Muitos autores académicos (provavelmente a esmagadora maioria) assina as declarações transferindo os seus direitos de autor para as empresas editoras

de revistas científicas mesmo sem as ler atentamente. Isto pode ser explicado, ao menos parcialmente, pelo facto do principal interesse do autor académico ser publicar na melhor revista possível, dado que isso pode garantir a sua divulgação e, conseqüentemente o seu impacto, e assim as condições da transferência dos direitos de autores podem parecer irrelevantes.

Mas é precisamente no interesse da divulgação e do impacto dos seus artigos que os autores devem conhecer, e negociar quando possível, as condições da transferência dos seus direitos para as empresas editoras. Sempre que o possam evitar, os autores não devem transferir os direitos exclusivos de publicação ou divulgação pública, em qualquer meio ou suporte, dos seus artigos (a maioria das revistas de Acesso Livre não exige essa transferência exclusiva). No mínimo, devem preservar o direito a auto-arquivar e dar acesso a uma cópia do seu trabalho no seu site pessoal ou institucional (como os repositórios institucionais).

Felizmente, e contrariamente ao que muitos autores imaginam<sup>(27)</sup>, os obstáculos reais ao Acesso Livre e ao auto-arquivo são já bem menores do que há poucos anos atrás. Hoje, a esmagadora maioria das principais editoras comerciais de revistas científicas, já permite, nos termos dos seus acordos de transferência de direitos para efeitos de publicação, que os autores auto-arquivem uma cópia do seu trabalho em repositórios institucionais ou páginas pessoais, para ser livremente acedido por qualquer pessoa.

Aliás, um dos efeitos secundários do crescimento da visibilidade e do debate em torno do Acesso Livre, parece ser o crescimento, junto dos autores, da consciência dos seus direitos e da importância de eles não serem utilizados por terceiros em seu próprio prejuízo.

Mas a questão dos direitos de autor, no âmbito do Acesso Livre, não se esgota na relação entre os autores e as editoras de literatura científica. Por isso mesmo, a clarificação das condições de utilização do trabalho científico tem também uma grande utilidade. Neste contexto, a iniciativa *Creative Commons* pode também constituir um contributo relevante.

Criada em 2002, a *Creative Commons* é uma organização cujo objectivo é proporcionar aos autores uma alternativa entre o controlo absoluto de “todos os direitos reservados” e a potencial anarquia de “ nenhuns direitos reservados”, criando uma forma simples e clara de proteger os seus trabalhos e simultaneamente encorajar o seu uso, declarando “alguns direitos reservados”<sup>(28)</sup>.

---

<sup>(27)</sup> A cultura da “comercialização” e do uso restritivo do copyright é tão dominante, que já testemunhei casos de autores que pelo facto de terem publicado os seus textos em revistas ou actas de conferências, e apesar de não terem assinado qualquer documento de transferência de direitos, imaginavam que já não eram os detentores dos direitos de autor, e portanto livres de utilizarem as suas obras.

<sup>(28)</sup> Mais informação sobre as iniciativas Creative Commons em [www.creativecommons.org](http://www.creativecommons.org).

O primeiro projecto da *Creative Commons* foi a disponibilização de um conjunto de licenças para obras criativas (desde a doação em domínio público, até à retenção dos direitos, mas licenciando a obra para certos usos, ou certas condições — por exemplo, para usos não comerciais). Cada uma dessas licenças foi criada em três formas: *Commons Deed* (ou *Human-Readable*, uma versão das licenças destinada à leitura e compreensão pelos utilizadores comuns), *Legal Code* (ou *Lawyer-Readable*, a forma jurídica das licenças) e *Digital Code* (ou *Machine-Readable*, a forma destinada a ser interpretada por sistemas informáticos, de forma a processar automaticamente em determinadas circunstâncias).

Para além da utilização da licença tipo “Atribuição” (usada pelos autores para licenciarem o livre uso do seu trabalho desde que a sua autoria seja devidamente reconhecida/atribuída) a promoção do Acesso Livre pode ainda vir a beneficiar de uma nova iniciativa específica da *Creative Commons*, designada *Science Commons*.

Para ter efeitos legais as licenças *Creative Commons* (nomeadamente a versão *Legal Code*) deve ser adaptada às diversas legislações nacionais que enquadram os autores. Com esse objectivo, foi desenvolvida a iniciativa *I-Commons* (*International Commons*), da qual já resultaram mais de 20 versões nacionais. Infelizmente, nenhuma dessas versões é portuguesa, apesar de existir uma versão em língua portuguesa (do Brasil). Por isso, não quero deixar de aproveitar esta ocasião para lançar um desafio às Escolas de Direito nacionais e aos seus académicos: quem avançará em primeiro lugar na criação de versões das licenças *Creative Commons* adequadas à legislação portuguesa?

## Conclusões

O debate em torno do sistema de comunicação da ciência, e o reconhecimento das vantagens do Acesso Livre à literatura científica, tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Parece hoje claro que o Acesso Livre fará parte do futuro da comunicação científica.

No entanto, face ao debate já ocorrido, às potencialidades tecnológicas existentes, bem como às condições objectivas reunidas, a quantidade da literatura científica disponível em Acesso Livre (que se estima em cerca de 10% da produção anual) é bastante menor do que seria possível. A generalização do Acesso Livre parece estar a ser mais lenta do que o desejado pelos seus promotores.

Para que o Acesso Livre se possa generalizar será necessário que os diferentes actores do sistema científico e académico (autores, universidades e centros de investigação, entidades financiadoras da ciência e governos) passem das declarações de intenção e apoio (cuja importância não deve ser contudo menosprezada) aos actos concretos.

Em primeiro lugar, é necessário que os autores disponibilizem os resultados da sua investigação (publicando em revistas de Acesso Livre ou auto-arquivando em repositórios) de acordo com os princípios do Acesso Livre.

Em segundo lugar, é necessário que as universidades e centros de investigação criem, isoladamente ou em consórcio, os seus próprios repositórios institucionais. Para além da criação dos seus repositórios, será também decisivo que as instituições adotem formalmente políticas que incentivem, premeiem ou tornem mesmo obrigatório o depósito da produção científica nos repositórios institucionais ou outros sistemas de acesso livre <sup>(29)</sup>.

Finalmente, é necessário que os governo e os organismos financiadores da investigação científica reconheçam na prática as vantagens, científicas e sociais, de um acesso generalizado à literatura científica, exigindo como condição para o financiamento com dinheiros públicos de projectos de investigação, que as publicações que deles resultem fiquem disponíveis para o público em acesso livre e trabalhando (nomeadamente na União Europeia) para que estes princípios e políticas sejam adoptados internacionalmente.

---

<sup>(29)</sup> Isso mesmo é o que parece indicar o resultado de um estudo muito recentemente concluído junto de autores de artigos publicados em revistas científicas. Mais de 90% dos autores manifestaram apoio ao princípio do acesso livre para todos os leitores. E apesar de 70% dos autores confessarem que não estavam familiarizados com os repositórios de acesso livre, 80% declararam que estariam dispostos a depositar os seus trabalhos se isso fosse exigido pelas suas instituições ou organismos financiadores da investigação. JOINT INFORMATION SYSTEMS COMMITTEE; OPEN SOCIETY INSTITUTE — Journal Authors Survey: Report [em linha]. Truro: Key Perspectives, 2004. [consult. 18 Abril 2004]. Disponível em: <URL:[http://www.jisc.ac.uk/uploaded\\_documents/JISCOAreport1.pdf](http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/JISCOAreport1.pdf)>.